



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022	
OBJETO	Contratação de pessoa jurídica especializada fornecimento de alimentação, serviços e locação de mobiliário em eventos institucionais, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 08h00min do dia 25 de outubro até às 10h00min do dia 9 de novembro de 2022 , no sítio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
ABERTURA DAS PROPOSTAS	As propostas serão abertas no sítio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), às 10h00min do dia 9 de novembro de 2022 . A sessão pública será operada sistema no Comprasnet, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
ENDEREÇO DO TRE/RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2165/2168/2082 Internet: www.tre-ro.jus.br
PREGOEIROS	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA JHONATHA SOUZA FONSECA E-MAIL: licitacao@tre-ro.jus.br



Sumário

1. PREÂMBULO	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	6
6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES	8
8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	9
9. DA HABILITAÇÃO	12
10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO	13
11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP	15
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	16
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO	16
14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE	17
15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	17
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022
(PROCESSO Nº 0002270-66.2022.6.22.8000)**

1. PREÂMBULO

1.1. A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu **PREGOEIRO**, designado pela Portaria nº 160/2022, expedida pela Direção-Geral deste Tribunal, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO por lote**, na forma de execução **INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, consoante as condições estatuídas neste edital e seus anexos.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e 10.024/19 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, além do previsto no Termo de Referência.

1.3. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no Comprasnet (www.comprasnet.gov.br), por meio do Portal de Compras do Governo Federal, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, às **10h00min do dia 9 de novembro de 2022**.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. O edital estará disponível a partir das às **08h00min do dia 25 de outubro de 2022**:

a) no sítio da internet: www.gov.br/compras/pt-br (UASG 070024);

b) no sítio da internet:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022>

c) mediante **solicitação formal** pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

2.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço: licitacao@tre-ro.jus.br.

2.4. O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

2.5. Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial na página da internet do TRE/RO, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço www.comprasnet.gov.br (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever das empresas licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

2.6. Havendo qualquer modificação no edital, será exigida divulgação pelo mesmo instrumento de publicação, no qual se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços, por intermédio de empresa especializada, para fornecimento, sob demanda, dos serviços de:

- a) fornecimento de alimentação, consistente em lanche simples, coffee break, coquetel, itens de lanche light, Petit four do presente Termo de Referência, com a disponibilização de garçons, para atendimento a eventos institucionais, consistente em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência (TR);
- b) locação de mobiliário para atendimento às solenidades de posse do Tribunal.

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos nos anexos integrantes, em especial o **Anexo IV - Termo de Referência** deste edital, que define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

3.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do serviço neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida no Termo de Referência.

3.4. As despesas decorrentes da eventual contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, abaixo resumido:

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão orçamentária por ano	
			2022 (R\$)	2023 (R\$)
Orçamento ordinário	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO		
Total por exercício				

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação:

- a) relativamente ao **LOTE 1**: Quaisquer empresas do ramo, em ampla concorrência;
- b) relativamente ao **LOTE 2**: Exclusivamente as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** do ramo, consoante prescrevem os arts. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015 e 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.1.1. Independente das condições previstas no item 4.1 acima, somente poderão participar deste certame as empresas do ramo que:

a) estejam previamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) – a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “COMPRASNET”:

- a.1) o credenciamento no SICAF, no nível básico ou nível I, é requisito obrigatório para participação no pregão eletrônico, uma vez que se constitui em credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET.
- b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.



4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, junto à SLTI dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no Nível I - CREDENCIAMENTO, que é o nível básico do registro cadastral no SICAF, para participação em licitações eletrônicas.

4.1.3. Após o cadastro no SICAF, o fornecedor deverá se cadastrar no Comprasnet para participar das licitações eletrônicas.

4.1.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.5. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.1.6. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

4.1.7. A verificação de que a licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

4.1.8. A manifestação da licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

4.2. No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

4.2.1. Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

4.2.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se a licitante declarante está devidamente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. ° 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;



- d) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário)
- e) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal (art. 7º, da Lei nº 10.520/02), imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União (Acórdão TCU n. 2.242/2013).
- f) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- g) empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);
- h) estrangeiras não autorizada a funcionar no País;
- i) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

4.4.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.5. Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e
- c) declaração falsa relativa atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.
- d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.3 e 4.4 deste edital.

5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

5.1. Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br (UASG 070024), os interessados deverão apresentar propostas, **ACOMPANHADAS DOS ANEXOS DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

5.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

5.2. A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

5.2.1. A proposta registrada no Sistema Comprasnet deverá conter o preço total de cada item, expresso em moeda corrente nacional.

5.2.2. Constituem **ANEXOS OBRIGATÓRIOS DE PROPOSTA**, que devem ser apresentados nos termos do item 5.1 deste edital, os seguintes documentos:

a) Proposta comercial, a ser elaborada e apresentada **nos moldes do ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**, contemplando o preço unitário e total de cada item, o preço total do lote e o valor global da proposta;

b) Declaração de estrutura física, a ser elaborada e apresentada **nos moldes do ANEXO III**.

b.1) A declaração de estrutura física está sujeita a verificação “*in loco*” pela Comissão de Cerimonial deste Tribunal, nos termos do item 8.3.2 do Anexo IV (Termo de Referência).

5.3. Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

5.3.1. A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM**, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

5.4. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

5.4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos descontos, não sendo considerados pleitos de ajustes de descontos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

5.5. Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

a) no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;

b) no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação da proposta.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.



5.7. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data da abertura da Sessão Pública.

5.7.1. Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final.

5.7.2. Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

5.7.3. O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.7.4. Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

5.7.5. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro, através do Sistema Eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas e encaminhadas, no prazo avençado.

6.2. Serão previamente desclassificadas, não havendo possibilidade de as respectivas licitantes participarem da fase de oferecimento de lances e sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital as propostas que:

- a)** não atenderem às especificações do edital, seja por omissão, irregularidades ou defeitos insanáveis; e
- b)** contenham quaisquer elementos que possam identificar as licitantes.

6.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante ofertante.

7.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **PREÇO TOTAL DE CADA ITEM**, expresso em moeda corrente nacional.

7.1.1.1. Caberá ao sistema comprasnet o agrupamento dos itens em lotes, de acordo com o Termo de Referência.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, observados os termos do item 7.2.

7.4. Em havendo mais de um lance de igual preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



7.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. Será adotado o **modo de disputa aberto**, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

7.6.1. Após o prazo do item 7.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período inicial de duração da etapa.

7.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3. Encerrada a fase de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022>

7.8. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

7.9. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

7.9.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no item 7.9, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio realizado pelo sistema eletrônico.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

8.2. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DE CADA LOTE**, obtido pelo adequado preenchimento do **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**.

8.3. A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do **PREÇO** ofertado com aquele estimado pela Administração e à consonância desses preços com aqueles praticados no mercado, sem

prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos para execução dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

8.3.1. DEVERÁ SER OBSERVADA A COMPATIBILIDADE COM O PREÇO ESTIMADO, TANTO DO LOTE QUANTO DE CADA ITEM QUE COMPÕE O LOTE.

8.4. Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção da melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.5. No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.5.1. Verificada proposta presumidamente inexequível, a proponente será convocada via chat a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o preço da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos.

8.5.2. O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.6. Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

8.7. Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará, **se for o caso**, o ANEXO DE PROPOSTA, somente ao licitante detentor da proposta válida, de menor preço, que esteja em análise, fazendo uso da opção CONVOCAR ANEXO, informando o sistema na tela do Pregoeiro na coluna “ANEXO”, o link “CONVOCADO”.

8.7.1. O Sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos de proposta ao licitante selecionado, momento do qual passará a contar o prazo máximo de até 2 (duas) hora para apresentação do anexo de proposta solicitado, o que deverá ser feito por meio do link ANEXAR, disponível ao licitante.

8.7.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

8.7.3. Realizada a entrega do anexo de proposta por parte do licitante, o link CONVOCADO do Pregoeiro e o link ANEXAR dos demais fornecedores passarão a ter a função de CONSULTAR.

8.7.4. O ônus da apresentação dos anexos de proposta, comprovações e documentação complementar é da empresa licitante, cabendo-lhe a responsabilidade pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

8.8. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante que apresentou o menor preço, seja para verificar o atendimento às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos de proposta, por equívoco ou falhas ou, ainda, por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a essa licitante, através do Sistema COMPRASNET – Opção CONVOCAR ANEXO, a documentação necessária, no prazo e forma previstos no item 8.7., prorrogável, a critério do Pregoeiro.

8.8.1. O prazo para envio da documentação complementar previsto no item 8.8 poderá correr simultaneamente com o prazo previsto no item 8.7.1.

8.8.2. O não envio pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

8.8.3. O anexo apresentado poderá ser submetido à análise da unidade técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do serviço ofertado em relação às especificações técnicas definidas neste edital.

8.8.4. Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que o serviço ofertado não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o **MENOR PREÇO** para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

8.9. Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar informações e/ou documentos complementares, sendo motivo de recusa da proposta o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte da empresa licitante.

8.10. Será recusada a proposta:

- a)** manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b)** cujo valor encontre-se acima do preço praticado no mercado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos, e a licitante melhor classificada não queira reduzir ao preço estimado ou não manifeste interesse em negociar;
- c)** que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital;
- d)** se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e)** se a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações e diligências.

8.11. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação e passará à Fase de Habilitação.

8.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferição da exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações apresentadas analisada pelo Pregoeiro.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) qualificação técnica;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) regularidade fiscal e trabalhista (Lei n. 12.440/11); e
- e) declarações legais.

9.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício; e
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** são os seguintes:

- a) Alvará de funcionamento municipal ou estadual para produção e comercialização de alimentos;
- b) Alvará de Autorização Sanitária emitido pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Porto Velho/RO (Departamento de Vigilância Sanitária), conforme Instrução Normativa n. 001/2022/SEMUSA e nos termos do Decreto do Município de Porto Velho n. 16.466, de 19 de dezembro de 2019;
- c) No mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional comprovando capacidade para atender os diversos tipos de serviço: lanche simples, coffee break e coquetel, compatíveis com as características dos itens constantes do Lote 1.
 - c.1) Considera-se compatível com os serviços descritos nos citados itens os seguintes quantitativos mínimos:
 - c.1.1) Item 1 – Lanche simples: Fornecimento para um público igual ou superior de 200 lanches simples;
 - c.1.2.) Item 2 – Coffee break: Fornecimento para um público igual ou superior de 50 coffee break;
 - c.1.3) Item 3 – Coquetel: Fornecimento para um público igual ou superior de 100 coquetéis;
 - c.2) A licitante poderá somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-operacional desde que os serviços tenham sido prestados no mesmo dia e horário.
 - c.3) A licitante poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

9.4. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** são os seguintes:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida no domicílio da pessoa jurídica, com data de expedição de, no máximo, até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à data de abertura do certame, salvo se outro prazo de validade expressamente constar no documento.

a.1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deve apresentar, no mesmo ato, a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

a.2. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e em seus anexos.

9.5. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Prova de regularidade junto à Fazenda Federal (inclusive contribuições sociais/previdenciárias), mediante certidão negativa de débitos ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.
- d)** Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

9.6. As **declarações abaixo** deverão ser enviadas pelo licitante através do Sistema Eletrônico do COMPRASNET **no momento do envio da proposta**:

- a)** declaração de ciência e concordância com as regras do edital (art. 4º, VII, da Lei 10.520/02);
- b)** declaração da condição de ME/EPP, se for o caso (art. 13, §2º, do Decreto 8.538/15);
- c)** declarações de inexistência de fato superveniente (art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93);
- d)** declaração de adequada empregabilidade de menor (art. 27, V, da Lei nº 8.666/93);
- e)** declaração de elaboração independente de proposta (IN/MPOG nº 02, de 16/09/2009);
- f)** declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado (inc. III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal);
- g)** declaração de acessibilidade, se for o caso (art. 93 da Lei nº 8.213/91);
- h)** declaração de cota de aprendizagem, se for o caso (art. 429/CLT).

9.7. Constituem documentos complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

- a)** comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e obtenção de certidão negativa;
- b)** comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ da licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;
- c)** comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO e obtenção de certidão negativa.

10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

10.1. A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema Comprasnet, **NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO DE SUA PROPOSTA**,



por meio de chave de acesso e senha, sendo vedada a apresentação posterior de documento que deveria ter sido apresentado no momento do cadastramento da proposta no sistema.

10.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, cuja eventual falsidade sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação regente.

10.3. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, deverão ser apresentados pelo licitante melhor classificado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

10.3.1. Para apresentação de documentação complementar, o Pregoeiro efetuará a solicitação mediante do uso da função CONVOCAR ANEXO, a qual, uma vez utilizada, informará na tela do Pregoeiro que foi aberto *link* de comunicação para envio de arquivos eletrônicos, apresentando o *status* “CONVOCADO” e encaminhará à licitante, via CHAT, mensagem de convocação para envio de anexo, registrando o horário da mesma, o qual constitui o marco inicial da contagem do prazo.

10.3.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

10.3.3. Uma vez solicitados, o ônus da apresentação dos documentos complementares é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

10.4. A documentação exigida para atender ao disposto no item 9.1 e respectivos subitens, incisos, parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados nos termos do disposto no item 10.1.

10.4.2. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.4.3. A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

10.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

10.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

10.7. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

10.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, será observado o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação no sistema.

10.8. A licitante será INABILITADA se:

- a) não apresentar a documentação exigida no edital, quando do cadastramento de sua proposta;
- b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital;
- d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações e diligências.

10.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte do licitante posteriormente classificado, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.10. Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, a licitante será HABILITADA e declarada vencedora.

11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP

11.1. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.

11.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei nº 10.520/02.

11.6. O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 11.4, devidamente requerida e justificada pela licitante, deverá ser justificado pela Administração.

11.7. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, podendo ensejar a abertura de processo administrativo com vistas à aplicação de penalidade, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520.

11.8 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Após declarar a vencedora do certame, o Pregoeiro deverá conceder o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante possa, imediata e motivadamente, manifestar intenção de recorrer, registrando sua manifestação em campo próprio no sistema.

12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada no prazo de 30 (trinta) minutos implicará decadência do direito de recurso das licitantes.

12.3. Não havendo apresentação de intenção de recurso, o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

12.4. Apresentada a intenção de recurso, sendo esta aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.4.1. As razões e contrarrazões recursais devem ser apresentadas via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

12.4.2. Caso a licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazer a solicitação em suas razões ou contrarrazões. O pleito será analisado pelo Pregoeiro que, se entender pertinente, fará a convocação de anexo via sistema, logo após o prazo das contrarrazões, concedendo prazo de 1 (um) dia útil para apresentação dos documentos via sistema, aplicando-se o disposto no item 10.3.3 deste edital.

12.5. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

12.6. A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer, hipótese em que o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

12.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Decididos os recursos, a autoridade competente poderá efetuar a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o certame.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver o instrumento contratual, o qual corresponderá ao Anexo V deste Edital – Minuta de Contrato, adaptado à proposta vencedora, devendo:

a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;



b) informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: **contratos@tre-ro.jus.br**;

c) comprovar, no ato da assinatura do contrato, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) assinar o instrumento de contrato pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:

d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

13.2. Se a adjudicatária não cumprir os prazos estabelecidos nas alíneas “d1” e “d2” do item 13.1, sem justificativa formalmente aceita pelo Diretor-Geral do TRE/RO ou se a documentação exigível não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o instrumento contratual, sem prejuízo das multas previstas neste edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

13.3. O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante do Contrato.

13.4. Assinado o contrato, ficam a Administração contratante e a contratada obrigadas a cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no instrumento.

13.5. A Administração contratante efetuará o pagamento em conta no nome da contratada, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

13.6. À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital e seus anexos, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e suas alterações, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

14.1. Obrigam-se a contratante e a contratada a observar, cumprir e fazer cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, neste Edital e seus anexos e na proposta.

14.2. As demais regras aplicáveis à contratação são aquelas estabelecidas no Termo de Referência e na minuta de contrato, sem prejuízo de observância da legislação correlata vigente.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Se a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/COMPROMISSÁRIA/CONTRATADA descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, conforme o caso, ficará sujeita às sanções



previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

15.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/19, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita-se à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/COMPROMISSÁRIA/CONTRATADA que:

- a) quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o instrumento contratual;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não manter a proposta;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

16.2. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

16.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

16.5. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

16.6. A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada, a ser entregue, se for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, na sede Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sito à Av. Presidente Dutra, 1889. Baixa União, Porto Velho – Rondônia. CEP 76.805-901.

16.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



16.8. A recusa de proposta, a inabilitação da licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.9. As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas.

16.10. Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

16.11. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.12. A anulação do procedimento induz à anulação das obrigações da adjudicatária ou contratada.

16.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

16.14. Os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas são de responsabilidade exclusiva das licitantes.

16.14.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

16.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

- a) quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no TRE/RO;
- b) quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos;
- c) quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

16.17. Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília**, devendo as licitantes observar, também, quando aplicável, o horário oficial de verão.

16.18. A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no Diário Oficial da União.

16.19. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

16.20. Caso não compareçam interessados ao certame, o objeto deste pregão poderá, se assim decidir a Administração, ser contratado com dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, V, da Lei 8.666/93.

16.21. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes do Decreto Federal 10.024/19, das Leis 10.520/02 e 8.666/93 e da legislação correlata.

16.21. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Modelo de Proposta;

ANEXO II – Detalhamento (cardápio);

ANEXO III – Declaração de estrutura física;

ANEXO IV – Termo de Referência;

ANEXO V – Minuta de contrato.

Porto Velho, 21 de outubro de 2022.

ANDERCLEDSON REIS

Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA
(IDENTIFICAÇÃO/TIMBRE/LOGO DA EMPRESA)

LOTE 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	Lanche simples	serviços	600		
02	Coffee Break	serviços	100		
03	Coquetel	serviços	350		
04	Lanche light - sem glúten e sem lactose	quilo	30		
05	Petit Four doce	quilo	30		
06	Garçons	diárias	18		
07	Cento de salgados diversos	cento	100		
08	Bolos	quilo	30		
09	Mingau de milho	quilo	30		
10	Mingau de banana da terra e tapioca	quilo	30		
11	Sucos naturais	litro	150		
12	Refrigerantes	garrafa 2 litros	80		
13	Açaí cremoso	quilo	30		
VALOR TOTAL DO LOTE 1				R\$	

LOTE 2					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
14	Mesa retangular	unidade	3		
15	Mesa quadrada	unidade	3		
16	Mesa redonda	unidade	3		
17	Cadeiras tipo tiffany	unidade	150		
18	Tapete decorativo medindo 3m x 4m	unidade	2		
19	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m	unidade	2		
VALOR TOTAL DO LOTE 2				R\$	

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (LOTE 1 + LOTE 2)	R\$
--	-----

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ANEXO II - CARDÁPIO

ITEM 01 – LANCHE SIMPLES	
Tipo de Evento: Treinamentos e Capacitações	
Especificação do CARDÁPIO:	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">Bolo Simples – sem cobertura (ex.: formigueiro, laranja, milho verde, chocolate, tapioca, iogurte, fubá cremoso);	1 fatia por participante
<ul style="list-style-type: none">Mingau de milho branco com coco (mugunzá) ou de banana com tapioca	60 ml por participante
1.	
E <ul style="list-style-type: none">Salgados assados variados pelo menos três tipos distintos selecionados entre: coxinha de frango, esfirra de carne, saltenha, pizza, mini calzone, pastéis, bolinha de queijo, quibe, etc.	5 unidades por participante
	<ul style="list-style-type: none">Sanduíche natural em mini pão de forma (sem casca), ou pão francês, ou pão brioche, ou integral recheado com pasta de peito de frango desfiado, maionese e cenoura ralada, tomate, alface, queijo prato e presunto cozido.
1.	
<ul style="list-style-type: none">Um tipo de suco (polpa de caju, maracujá, cupuaçu, etc.)	400 ml por participante
1. MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, pratos etc.)	O necessário
<ul style="list-style-type: none">	
<ul style="list-style-type: none">	
<ul style="list-style-type: none">	
<ul style="list-style-type: none">Garrafas térmicas	
<ul style="list-style-type: none">Tampos de mesa e respectivas bases	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Pessoal de apoio para arrumar as mesas e dispor os itens.	O necessário



Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência

ITEM 02 - COFFEE BREAK

Tipo de Evento: Encontros e palestras

Especificação do CARDÁPIO

Quantidade MÍNIMA p/ participante

1. Salgados Especiais - Ao menos dois tipos distintos de mini porções, em cada evento.

As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada

- | | |
|--|----------------------------|
| • Tirinhas de filé mignon ao molho madeira | 80 gramas por participante |
| • Penne no azeite, tomate seco e frango defumado, salpicado com manjeriço fresco | 80 gramas por participante |
| • Lagarto dos Mares, acompanhado de pão sírio | 80 gramas por participante |
| • Escondidinho da camarão, carne seca ou bacalhau | 80 gramas por participante |

1.

- | | |
|--|---------------------------|
| • Salada de frutas (maçã, mamão, morango, uvas, abacaxi, banana, kiwi, laranja, etc.), ou
• Açaí cremoso com acompanhamentos (granola, creme de leite, leite moça, tapioca em flocos) | 80 ml por participante |
| • Canjica de milho branco com coco, ou
• Mingau de banana da terra com tapioca | 80 ml por participante |
| • Duas opções de bolo (de tapioca, de laranja, de chocolate, de macaxeira ou de milho, prestígio, leite ninho, cenoura com recheio de brigadeiro, churros com recheio de doce de leite, limão siciliano) | 01 fatia por participante |

1. Salgados assados

- | | |
|---|---------------------------------------|
| • Seis tipos distintos de salgados assados selecionados dentre as opções relacionadas a seguir, ou similares, a serem avençadas entre o contratante e a contratada.
• Folhado de frango com queijo, folhados de calabresa com manjeriço, pastéis de forno, quiches de atum, quiches de creme de milho verde com calabresa, barquetes com salpicão de frango, damascos recheados, saltenha de frango, empadinha de frango com catupiry, mini calzone, croissant de lombo com gorgonzola, massa folhada recheada com | 04 (quatro) unidades por participante |
|---|---------------------------------------|



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

camarão cremoso ou frango com catupiry.	
1. A contratada deverá servir pelo menos duas opções de suco. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas a critério do contratante, com anuência da contratada	400 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">Acerola, abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, tamarino, maracujá com maçã e gengibre, etc.	
1. MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Copos de vidro para água e refrigerante	O necessário
<ul style="list-style-type: none">Recipientes de porcelana branca, apropriados para servir as mini porções de escondidinho	
<ul style="list-style-type: none">Talheres e utensílios de servir em aço inox e madeira	
<ul style="list-style-type: none">Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, etc.)	
<ul style="list-style-type: none">Jarras de vidro	
<ul style="list-style-type: none">Garrafas térmicas	
<ul style="list-style-type: none">Bandejas e travessas de matérias diversos (vidro, porcelana, madeira, etc.) para dispor os alimentos à mesa	
<ul style="list-style-type: none">Tampos de mesa e respectivas bases	
<ul style="list-style-type: none">Toalhas e cobre manchas	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Pessoal de apoio para arrumar as mesas, dispor e repor os itens.	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	

ITEM 03 - COQUETEL

Tipo de evento:

- Cerimônias de Posse de Membros da Corte
- Encontro de Corregedores
- Solenidade de outorga de medalha do mérito eleitoral

Especificação do CARDÁPIO:

Quantidade MÍNIMA p/participante

1.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Cinco tipos distintos de doce, em cada evento

As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.

<ul style="list-style-type: none">• Tacinha de leite condensado com damasco• Cuscuz de tapioca com coco queimado• Olho de sogra• Caramelado de damasco• Camafeu de nozes• Mini tortinhas recheadas com cupuaçu e castanha do Pará• Brigadeiros: Cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, nozes, coco ralado com damasco, amêndoas, de banana com chips de banana, leite ninho	04 unidades por participante
<ul style="list-style-type: none">• Mini Pavlova, com cobertura de frutas vermelhas	01 unidade por participante

1. Mini Porções

Ao menos três tipos distintos de mini porções, em cada evento.

As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.

<ul style="list-style-type: none">• Escondidinho de sabores diversos como: carne de sol, camarão ou de bacalhau• Salada de bacalhau• Casquinha de caranguejo• Cuscuz marroquino• Mini Penne ao pesto com tomate seco, azeitonas pretas alcaparras e lascas de parmesão• Arroz de pato• Tortinha de bacalhau ou camarão, com catupiry	Uma mini porção de cada tipo, por participante
--	--

1. Canapés finos na massa folhada - 04 (quatro) unidades por participante

<ul style="list-style-type: none">• Vou - lo- van com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, etc.
1. Sucos - Ao menos dois sabores em cada evento - 300 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, cajá, maracujá com maçã e gengibre, etc.

1. Água Mineral

<ul style="list-style-type: none">• Água mineral com gás	100 ml por participante
--	-------------------------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

<ul style="list-style-type: none">Água Aromatizada - Água mineral com gás aromatizada com frutas (uva, morango e kiwi), ervas e especiarias.	100 ml por participante
1. MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Copos e taças de vidro para água, refrigerante e os coquetéisVasilhinhas de porcelana para servir os escondidinhos e as mini porçõesBandejas, travessas e doceiras duplas em vidro, porcelana, madeira, fibras naturais, etc., em formatos e alturas diversas, para disposição dos alimentos na mesaBaldes/bacias de inox ou vidro para dispor bebidas no geloJarras de vidroPratinhos de porcelana brancaTalheres e utensílios de servir em ações inox e madeiraMaterial descartável (guardanapos, copos, etc.)Tampos de mesa e respectivas basesToalhas e cobre manchas	O necessário
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos nas mesas	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	

ITEM 4 - LANCHE LIGHT– SEM GLUTEN E SEM LACTOSE	
Tipo de Evento: Treinamentos e outros eventos institucionais	
1.	Quantidade Estimada
<ul style="list-style-type: none">Bolo de chocolate	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo de limão	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo de maçã, nozes e especiarias	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo integral de banana com nozes e especiarias	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo de fubá com goiabada derretida	3 Kg
<ul style="list-style-type: none">	2 Kg
<ul style="list-style-type: none">Mini Pavlova light	2 kg



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

• Docinhos light	3 kg
1.	
• Nhoque de batata doce à bolonhesa	3 Kg
• Torta de palmito	2 Kg
• Pão gelado de frango ou atum	3 Kg
• Empadão de camarão	2 Kg
• Saladas mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignons, lascas de parmesão	2 kg
Total	30 Kg

ITEM 5 - PETIT FOUR DOCE

Tipo de Evento: Seminários e outros eventos institucionais

Tipo	Quantidade Estimada
• Biscoito de polvilho (doce ou azedo)	7 Kg
• Biscoito de nata com cobertura de geleia de cupuaçu ou goiabada	9 Kg
• Biscoito de nata com Castanha do Brasil (Pará)	7 Kg
• Biscoito amanteigado	7 kg
TOTAL	30 Kg

ITEM 06 - GARÇONS

Tipo de Evento: Coquetéis, a critério da contratada	Quantidade Estimada
Especificação: Disponibilização de garçom para atender serviço de Coquetel, quando solicitado pela contratada.	18 diárias



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PRÓPRIA DE COZINHA COMPATÍVEL
COM O CUMPRIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO
(IDENTIFICAÇÃO/TIMBRE/LOGO DA EMPRESA)

Em cumprimento à exigência contida no Termo de Referência, a empresa
....., CNPJ n., **DECLARA** expressamente que possui estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto do certame e atende todos os quesitos listados no quadro abaixo:

ITEM	QUESITO	SIM	NÃO
01	A área de armazenamento e preparo dos alimentos é limpa e organizada, livre de focos de insalubridade, ausência de lixo, objetos em desuso, animais, insetos, roedores, possuindo a acesso direto e independente, não comum a outros usos (habitação).		
02	Na área de armazenamento e preparo dos alimentos a parede, o piso e o teto possuem revestimento liso, impermeável e lavável e estão conservados, sem rachaduras, goteiras, infiltrações, mofo e descascamentos.		
03	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui aberturas externas (janelas e sistema de exaustão, inclusive) providas de telas milimetradas removíveis de proteção que impeçam a entrada e o abrigo de insetos e outros animais.		
04	A área de preparo dos alimentos possui separação de ambientes de cozinha quente, de cozinha fria, de açougue, de confeitaria, de higienização de utensílios e de guarda de produtos e bebidas.		
05	Os produtos utilizados no preparo dos alimentos estão devidamente armazenados		
06	Os equipamentos (fogões, fornos, liquidificadores, moedores, processadores, mixers, fatiadores, batedeiras, descascadores, cilindros, modeladoras e outros) e os utensílios (talheres, cutelos, garfos especiais, caldeirões, panelas de pressão especiais, grills, ferveedores, caçarolas, passadores de arroz, molheiras, omeleteiras, diversas formas e assadeiras, tigelas, torteiras, tábuas, suportes, secadores de saladas, pegadores e outros) estão em bom estado de conservação e limpos.		
07	A área de preparo dos alimentos possui lixeiras com tampa e pedal.		
08	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui lavatórios exclusivos para a higiene das mãos, com posições estratégicas em relação ao fluxo de preparo dos alimentos e com número suficiente de modo a atender toda a área de preparação.		
09	Há produtos de limpeza guardados junto com os alimentos.		
10	A área de armazenamento e preparo dos alimentos comunica-se diretamente com os banheiros e vestiários.		
11	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui portas dotadas de fechamento automático.		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

12	As pessoas envolvidas no preparo do alimento estão sem barba, brincos, pulseiras, anéis, aliança, colares, relógio e maquiagem e com unhas curtas e sem esmalte e com os cabelos presos e cobertos com redes ou toucas e com uniforme devidamente limpo.		
13	Há vasilhames adequados para o armazenamento dos alimentos preparados e que serão transportados.		
14	O veículo utilizado no transporte tem cobertura para proteção dos vasilhames e, principalmente, está limpo.		

LOCAL E DATA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4/2022 - PRES/DG/CERIMONIAL

1. INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 6º, IX, c/c art. 7º, I, da Lei n. 8.666/93, no Decreto n. 10.024/2019, art. 3º, IV e XI, na Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e na Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 e, ainda a Resolução da ANVISA n. 275, de 21/10/2002, elaboramos o presente Termo de Referência visando a contratação de serviços de alimentação e locação de mobiliário para eventos institucionais deste Tribunal.

2. DO OBJETO

2.1 A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços, por intermédio de empresa especializada, para fornecimento, sob demanda, dos serviços de:

- fornecimento de alimentação, consistente em lanche simples, *coffee break*, coquetel, itens de *lanche light*, *Petit four* do presente Termo de Referência, com a disponibilização de garçons, para atendimento a eventos institucionais, consistente em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes neste Termo de Referência (TR);
- locação de mobiliário para atendimento às solenidades de posse do Tribunal.

2.2 DA DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:

2.2.1 As especificações e quantidades a serem adquiridas estão expressas no quadro abaixo:

LOTE 01		
SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, <i>COFFEE BREAK</i> , COQUETEL e ITENS ESPECIAIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Lanche simples	600 serviços
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços
03	Coquetel	350 serviços
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias
07	Cento de salgados diversos	100 centos
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades (garrafa pet de 2 litros)
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 kg

2.2.2 Os itens 7 a 13 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial.

LOTE 02		
LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO		
	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em MDF laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em MDF laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou MDF laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades

2.2.3 Os móveis colocados à disposição da contratante deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários)

2.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

2.3.1 A aceitação do objeto observará os seguintes parâmetros:

2.3.2 A quantidade de serviços de lanche simples, *cooffee break*, coquetel, lanche *light* e *petit four* foram dimensionadas de acordo com o número estimativo de participantes dos eventos institucionais previstos para o

período de novembro de 2022 a novembro/2023. Ressaltando que as quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.

2.3.3 Por serviço entenda-se o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanche simples, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, *per capita*, definidas no cardápio (vide Anexo II, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante). Assim, se tivermos um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanche simples, ou de *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.

2.3.4 Os alimentos relacionados nos itens 04 e 05, lanche *light* e *petit four* poderão ser adquiridos individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.

2.3.5 Quanto ao serviço de garçons, item 06, foram estimados 18 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e com experiência na atividade de garçom (garçonete), devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo o correspondente à função respectiva, com experiência em evento e no trato com autoridades.

2.3.6 No que diz respeito ao Lote 2 (locação de mobiliário) poderão ou não ser utilizados os itens especificados. Esclarecemos que, em geral, as solenidades de posse e outorga de medalhas do mérito eleitoral suscitarão estes serviços (em média quatro ao ano).

2.3.7 Para os eventos do tipo *coffee break* e coquetel exigir-se-á material de apoio consistente em: louças de vidro, porcelana, talheres, taças e copos de vidro, tudo em perfeito estado de conservação.

2.3.8 Para o evento do tipo *coffee break* coquetel exigir-se-á que as bandejas e demais utensílios para disposição dos alimentos apresentem-se em tamanhos, formatos e características variados (porcelana, vidro, ratan, metais, madeira dentre outros).

2.3.9 Para o evento do tipo lanche simples (item 01) e para demais itens de 7 a 13 do Lote 1 fica autorizada a utilização de descartáveis previamente aprovados pela contratada; os alimentos devem ser preparados no dia da entrega, apresentar boa qualidade, aparência, cor, textura e sabor característicos. Os produtos deverão ser entregues aos fiscais do contrato em embalagens apropriadas à especificidade de cada item, a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências do Tribunal ou outro local designado pela contratada.

2.3.10 Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou em outro local previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

2.4 DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (FORNECIMENTO):

2.4.1 A contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.

2.4.2 Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.

2.4.3 Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.

2.4.4 A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos alimentos.

2.4.5 As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adeque.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

2.4.6 A contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.

2.4.7 A contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.

2.4.8 A contratada deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado neste Termo de Referência, necessário à realização do serviço.

2.4.9 A contratada deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.

2.4.10 Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.

2.4.11 Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).

2.4.12 As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.

2.4.13 Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 Esta contratação visa garantir o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, dos itens de alimentação e locação de mobiliário necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade.

3.2 Apresenta-se, abaixo, quadro estimativo de eventos e de itens de alimentação.

Tipo de serviço	Evento	Nº de pessoas (estimativa)	Qtd de eventos	Quantidade de serviços				
				Lanche simples	Coffee break	Lanche light	Coquetel	Petit four
Lanche simples	Treinamentos e eventos institucionais diversos	25	10	250 serviços				
Lanche simples	Treinamentos e eventos institucionais diversos	200	1	200 serviços				
Lanche simples	Treinamentos e eventos institucionais diversos	75	2	150 serviços				
Coffee break	Solenidades e outros eventos institucionais	50	2		100 serviços			

Coquetel	Posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal e outras cerimônias institucionais	50	5				250 serviços	
Coquetel	Posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal e outras cerimônias institucionais	100	1				100	
Petit four	Posse de membros da Corte e dirigentes do Tribunal							30 kg
Lanche light	Posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal e outras cerimônias institucionais					30kg		
TOTAL				600 serviços	100 serviços	30 kg	350 serviços	30 kg

4. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1 O serviço pretendido visa o atendimento de eventos institucionais decorrentes de inúmeras iniciativas estratégicas voltadas à melhoria dos serviços oferecidos e a interação da Justiça Eleitoral de Rondônia com a sociedade rondoniense, a exemplo de eventos da Escola Judicial Eleitoral, Comissão Gestora de Políticas de Gênero, Memória Eleitoral, Acessibilidade, dentre outros.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

5.1. De acordo com o Artigo 4º da Resolução CNJ n. 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.131/2020.

5.2. No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3 Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

5.4 EM RAZÃO DAS INÚMERAS NORMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA EM FUNÇÃO DE EXPRESSO TEXTO LEGAL, APLICÁVEIS AO BEM OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, SERÁ EXIGIDO:

5.4.1 Cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010:

I – Que os bens são constituídos, no todo ou em parte, por material reutilizável, reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando exigível;

II – Que foram observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando exigível;

III – Que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.4.2 Para atendimento desses requisitos poderá ser exigida sua comprovação quando do recebimento dos materiais pela Comissão de Cerimonial.

6. DO VALOR ESTIMADO

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

7.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do Orçamento Anual de 2022/2023 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão orçamentária por ano	
			2022 (R\$)	2023 (R\$)
Orçamento ordinário	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO		
Total por exercício				

8. CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1 Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, consoante as condições definidas neste TR.

8.1.2 Poderá ser adotado modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

8.2 DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME.

8.2.1 Para o lote 01, considerando que a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

8.2.2 Para o lote 02, será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

8.2.3 As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

8.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTA

8.3.1 apresentação de planilha contendo o custo por cada item do objeto, conforme Anexo I;

8.3.2 declaração de vistoria nas dependências da cozinha da contratada, realizada pela Comissão de Cerimonial TRE-RO, atestando a compatibilidade referida no Anexo III;

8.3.3 A vistoria será feita para aferição dos quesitos estabelecidos no Anexo III com as seguintes normas, em especial a norma contida nos itens abaixo:

8.3.4 - Resolução - RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002 - Essa Resolução foi desenvolvida com o propósito de atualizar a legislação geral, introduzindo o controle contínuo dos Procedimentos Operacionais Padronizados aplicáveis aos estabelecimentos produtores de alimentos, além de promover a harmonização das ações de inspeção sanitária por meio de instrumento genérico de verificação das práticas de fabricação de alimentos. Portanto, é ato normativo complementar à Portaria SVS/MS nº 326/97.

8.3.5 - Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 - Baseada no Código Internacional Recomendado de Práticas: Princípios Gerais de Higiene dos Alimentos CAC/VOL. A, Ed. 2 (1985), do Codex Alimentarius, e harmonizada no Mercosul, essa Portaria estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

8.3.6 - Portaria MS n. 1.428, de 26 de novembro de 1993 - Precursora na regulamentação desse tema, essa Portaria dispõe, entre outras matérias, sobre as diretrizes gerais para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na área de alimentos.

8.4 HABILITAÇÃO:

8.4.1 Habilitação jurídica:

I - Tratando-se de sociedade comercial a contratada deverá apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto;

II - De acordo com o art. 28, V, da Lei n. 8.666/93, deverá apresentar os seguintes comprovantes de autorização para funcionamento expedido pelos órgãos competentes:

a) Alvará de funcionamento municipal ou estadual para produção e comercialização de alimentos;

b) Alvará de Autorização Sanitária emitido pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Porto Velho/RO (Departamento de Vigilância Sanitária), conforme Instrução Normativa n. 001/2022/SEMUSA e nos termos do Decreto do Município de Porto Velho n. 16.466, de 19 de dezembro de 2019;

8.4.2 Qualificação econômica-financeira:

I - A contratada deverá apresentar Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, será exigida que a contratada apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira.

8.4.3 Habilitação fiscal e trabalhista:

I - A contratada deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.4.4 Habilitação técnica:

8.4.1 Atestado de capacidade técnico-operacional:

a) A contratada deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional comprovando capacidade para atender os diversos tipos de serviço: lanche simples, *coffee break* e coquetel, compatíveis com as características dos itens constantes do Lote 1.

b) Considera-se compatível com os serviços descritos nos citados itens os seguintes quantitativos mínimos:

- Item 1 – Lanche simples: Fornecimento para um público igual ou superior de 200 lanches simples;
- Item 2 – Coffee break: Fornecimento para um público igual ou superior de 50 coffee break;
- Item 3 – Coquetel: Fornecimento para um público igual ou superior de 100 coquetéis;

c) Justificativa para a exigência de percentual superior de 50%: O percentual igual a 100% do público máximo que será atendido em um único evento deve-se à peculiaridade do objeto. A Administração necessita certificar-se, de forma extremamente segura, que a contratada possui Know-how (experiência) e estrutura empresarial para atender, de maneira precisa e no tempo exato, as demandas do contrato, na medida de suas grandezas. Uma tentativa de contratação anterior desse objeto demonstrou que essa exigência se torna necessária para a seleção de empresas com o nível de profissionalismo pretendido pela Administração, sob pena de perecer o critério objetivo da proposta mais vantajosa. Isso porque, a contratação desguarnecida das cautelas necessárias terá como provável desfecho a reiteração da inexecução contratual (vg, Acórdão n. 1.706/2007 – Plenário).

d) Possibilidade de soma dos atestados: A contratada poderá somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-operacional desde que os serviços tenham sido prestados no mesmo dia e horário. A ausência dessa comprovação torna ineficaz a exigência justificada na alínea anterior (vg, Acórdão n. 7.982/2017 – Segunda Câmara);

d) A contratada poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

9. DO CONTRATO

9.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

I – A empresa vencedora será formalmente convocada para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

II - No ato da assinatura do contrato a empresa vencedora deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de

Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a empresa vencedora (com menor preço) deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste TR.**

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a empresa contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

IV - Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a empresa vencedora será convocada para assinar o contrato, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

V - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela empresa. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

VI - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, neste TR e anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais e contratuais. **IMPORTANTE:** As quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.

VII - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais este TR e seus anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

VIII - À relação contratual, além das disposições previstas neste TR, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008 ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

9.2 DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO:

9.2.1 Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens integrantes do objeto deste contrato.

9.3 PRAZO DE VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

I - O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, não sendo admitida prorrogação.

II - Os preços dos serviços serão fixos e irredutíveis no período de 12 (doze) meses.

III - Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

IV - Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

9.4 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

I – Com a assinatura do contrato, a contratada obriga-se a prestar os serviços dentro dos prazos fixados neste TR e anexos e no contrato e, ainda, sempre conforme as orientações do gestor do contrato. **IMPORTANTE:** As quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total;



II - Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento. Para cada solicitação de serviço será emitida uma **ORDEM DE SERVIÇO** específica;

III – Prestados os serviços em cada evento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento, após a análise qualitativa e quantitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste TR e encaminhada a nota fiscal para a unidade de pagamento.

IV - No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados, no qual já indicará os eventuais valores a serem glosados da fatura;

V – Serão recusados e devolvidos, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste TR.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.1.1 cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste TR;

10.1.2 expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela contratada;

10.1.3 receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste TR;

10.1.4 glosar parte dos pagamentos em razão do atendimento parcial da quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste TR;

10.1.5 recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste TR;

10.1.6 promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

10.1.7 efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

a) Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

b) Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

d) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.1.8 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

10.1.9 Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos.

10.1.10 Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte dos itens objeto; e

10.1.11 Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.2.1 A contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.

10.2.2 Os dias e os horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.

10.2.3 Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.

10.2.4 O Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos.

10.2.5 As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas ao Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequa.

10.2.6 Quando necessário, a contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.

10.2.7 A contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.

10.2.8 A contratada deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.

10.2.9 Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.

10.2.10 Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).

10.2.11 As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.



10.2.12 Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

10.2.13 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.2.14 Sanar, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, as inconsistências comunicadas pela Comissão de Cerimonial em relação à proposta de cardápio apresentada;

10.2.15 Substituir às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens comunicados pela Comissão de Cerimonial em desacordo com as especificações deste TR;

10.2.16 Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a Nota Fiscal específica dos serviços solicitados pelo gestor do contrato e prestados nas condições e prazos estabelecidos neste TR;

10.2.17 Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10.2.18 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

10.2.19 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser alegado, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.2.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

10.2.21 Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

10.2.22 Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as obrigações legais e regulamentares aplicadas à execução dos serviços.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

a) Atraso injustificado do prazo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência mínima da data do evento para encaminhar à Comissão de Cerimonial os cardápios do evento, elaborados pela contratada e montado de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço definido neste instrumento: Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para cada 12 (doze) horas de atraso, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

a1) Atraso injustificado da obrigação referida na alínea “a”, superior a 48 (quarenta e oito): Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

b) Atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação dos serviços. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b1) Descumprimento injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens até o início do horário agendado para a prestação do serviço: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

c) Atraso no cumprimento injustificado dos demais prazos e obrigações previstos neste instrumento e no contrato: Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

11.3 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

11.5 A contratada se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

11.6 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A gestão e fiscalização será de competência da presidente da Comissão de Cerimonial, podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, por indicação daquela.

13. DOS ANEXOS

13.1 São anexos ao presente instrumento:

13.1.1 Anexo I – Planilha geral dos produtos e serviços, com respectivas quantidades a serem licitadas;

13.1.2 Anexo II – Planilha contendo as especificidades e cardápios dos tipos de alimentação e quantidades mínimas, per capita, de cada item dos cardápios dos serviços de lanche simples, *coffee break e coquetel*, bem como, detalhamento dos itens de serviço de garçom, de lanche light e petit four doce.

13.1.3 Anexo III - Declaração de estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto do certame.



Documento assinado eletronicamente por **MARILENE PEREIRA CENI**, Analista Judiciário, em 20/10/2022, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0923798** e o código CRC **15E13C62**.

0002270-66.2022.6.22.8000

0923798v2

Criado por 002129722380, versão 2 por 002129722380 em 20/10/2022 14:30:52.



MINUTA

MINUTA - CONTRATO Nº ____/2022/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002270-66.2022.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2022/TRE-RO

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrito no CNPJ sob o n. _____, com sede _____, n. _____, Bairro _____, CEP: _____, Município _____, Estado _____, Telefone(s): _____, E-mail(s): _____, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, brasileiro(a), Cédula de Identidade RG ____/SSP-____ e CPF _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho ____/2022-PRES/DG/GABDG, de ____/____/2022 (evento ____); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho ____/2022-PRES/DG/GABDG, de ____/____/2022 (evento ____), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA O presente Contrato tem por objeto o fornecimento, sob demanda, de serviço de alimentação, consistente em lanche simples, *coffee break* e coquetel, itens de lanche *light* e *Petit four*, com disponibilização de garçons, bem como serviço de locação de mobiliário, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Pregão Eletrônico e seu Anexo - Termo de Referência, conforme a seguir resumido:

LOTE 01		
SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, <i>COFFEE BREAK</i> , COQUETEL E ITENS ESPECIAIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

01	Lanche simples	600 serviços
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços
03	Coquetel	350 serviços
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias
07	Cento de salgados diversos	100 centos
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 kg

LOTE 02

LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em MDF laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em MDF laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou MDF laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades



Subcláusula Primeira – As quantidades acima informadas são estimadas, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do Contrato.

Subcláusula Segunda – Os itens 7 a 13 (Lote 01) dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial do TRE-RO.

Subcláusula Terceira – Os móveis colocados à disposição do CONTRATANTE deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários).

Subcláusula Quarta – Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou em outro local, previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

Subcláusula Quinta – Por meio deste instrumento contratual, a CONTRATADA ratifica que possui e que manterá uma estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto deste instrumento e que atende e que atenderá todos os quesitos listados no Anexo III do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sexta – A partir da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA se compromete a cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no item 5 do Termo de Referência.

Subcláusula Sétima – Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens integrantes do objeto desta contratação.

Subcláusula Oitava - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a aceitação do objeto deste instrumento deverão ser observadas as seguintes condições:

1. Pelo termo “serviços” deve ser entendido como o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanche simples, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, *per capita*, definidas no cardápio (vide Anexo II do TR, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante). Assim, se tivermos um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanche simples, ou de *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.
2. Os alimentos relacionados nos itens 04 e 05 (Lote 01), lanche *light e petit four* poderão ser adquiridos individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.
3. Quanto ao serviço de garçons, item 06 (Lote 01), foram estimados 18 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e com experiência na atividade de garçom (garçonete), devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo o correspondente à função respectiva, com experiência em evento e no trato com autoridades.
4. No que diz respeito ao Lote 2 (locação de mobiliário) poderão ou não ser utilizados os itens especificados. Esclarecemos que, em geral, as solenidades de posse e outorga de medalhas do mérito eleitoral suscitarão estes serviços (em média quatro ao ano).
5. Para o lanche simples, *coffee break* e coquetel exigir-se-á material de apoio consistente em: louças de vidro, porcelana, talheres, taças e copos de vidro, tudo em perfeito estado de conservação.
6. Para o evento do tipo coquetel exigir-se-á que as bandejas e demais utensílios para disposição dos alimentos apresentem-se em tamanhos, formatos e características variados (porcelana, vidro, ratan, metais, madeira dentre outros).
7. Para os itens 7 a 13 (Lote 1) fica autorizada a utilização de descartáveis, previamente aprovados pelo CONTRATANTE; os alimentos devem ser preparados no dia da entrega, apresentar boa qualidade, aparência, cor, textura e sabor característicos. Os produtos deverão ser entregues aos fiscais do contrato em embalagens apropriadas à especificidade de cada item, a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências do Tribunal ou outro local designado pelo CONTRATANTE.

DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Para o fornecimento do objeto deste instrumento deverão ser atendidas as seguintes condições:

1. A CONTRATADA deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço;
2. Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento;
3. Todos os cardápios do evento, elaborados pela CONTRATADA, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento;
4. A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos alimentos;



5. As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequar;
6. A CONTRATADA será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.
7. A CONTRATADA não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.
8. A CONTRATADA deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado no Termo de Referência e neste instrumento, necessários à realização do serviço.
9. A CONTRATADA deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pelo CONTRATANTE para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com 1 (uma) hora de antecedência.
10. Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à CONTRATADA, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.
11. Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).
12. As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.
13. Os entregadores e pessoal de apoio da CONTRATADA deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – Para execução do presente Contrato, deverão ser observados os prazos de execução e os critérios de aceitação do objeto a seguir descritos:

I - Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento. Para cada solicitação de serviço será emitida uma ORDEM DE SERVIÇO específica;

II – Prestados os serviços em cada evento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento, após a análise qualitativa e quantitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no TR e neste instrumento e encaminhada a nota fiscal para a unidade de pagamento;

III – No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados, no qual já indicará os eventuais valores a serem glosados da fatura;

IV – Serão recusados e devolvidos, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento.



DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por lote.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, *caput* e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - Este Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, a contar de 23/11/2022, com assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor total estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme proposta da CONTRATADA e a seguir demonstrado:

D) LOTE 01 - SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, *COFFEE BREAK*, COQUETEL e ITENS ESPECIAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM R\$
01	Lanche simples	600 serviços		
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços		
03	Coquetel	350 serviços		
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg		
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg		
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

07	Cento de salgados diversos	100 centos		
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg		
09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg		
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg		
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros		
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades		
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 kg		
TOTAL ESTIMADO TOTAL DO LOTE 01				

II) LOTE 02 - LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM R\$
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades		
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades		
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades		
04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades		
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades		
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim,	2 unidades		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

cinza ou bege, com base anti-derrapante			
TOTAL ESTIMADO TOTAL DO LOTE 02			
TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO (LOTE 01 + LOTE 02)			

Subcláusula Primeira - A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, com Programa de Trabalho n. _____ e Natureza da Despesa n. _____, conforme Nota de Empenho n. _____, de ____/____/2022, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhamento abaixo:

Tipo de orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno
Orçamento ordinário	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA OITAVA - O pagamento do objeto do presente Contrato será efetuado após cada prestação de serviço, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo do serviço e ateste da Fatura/Nota Fiscal pelo gestor desta contratação, aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência.

1. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho (CNDT).

2. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento

ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

3. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

4. Caso a CONTRATADA não regularize a situação fiscal para o momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

5. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. O pagamento, quando eventualmente houver reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

7. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – A gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pela Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO (podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, a ser indicado por essa), a qual compete observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.
2. Expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela CONTRATADA.
3. Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
4. Glosar parte dos pagamentos em razão do atendimento parcial da quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
5. Recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.
7. Efetuar o pagamento, nos termos pactuados.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
9. Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos.
10. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato.
11. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.



12. Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte dos itens objeto.
13. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Obriga-se a CONTRATADA a:

1. A CONTRATADA deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.
2. Os dias e os horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.
3. Todos os cardápios do evento, elaborados pela CONTRATADA, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.
4. O Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos.
5. As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas ao Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequar.
6. Quando necessário, a contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.
7. A CONTRATADA não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.
8. A CONTRATADA deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.
9. Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à CONTRATADA, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.
10. Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).
11. As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.
12. Os entregadores e pessoal de apoio da CONTRATADA deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.
13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;



14. Sanar, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, as inconsistências comunicadas pela Comissão de Cerimonial em relação à proposta de cardápio apresentada;
15. Substituir às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens comunicados pela Comissão de Cerimonial em desacordo com as especificações neste instrumento e no Termo de Referência;
16. Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a Nota Fiscal específica dos serviços solicitados pelo gestor do contrato e prestados nas condições e prazos estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência;
17. Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
19. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser alegado, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
20. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;
21. Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
22. Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as obrigações legais e regulamentares aplicadas à execução dos serviços.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e em seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:
 - a) Atraso injustificado do prazo de 48 (quarentas e oito) horas de antecedência mínima da data do evento para encaminhar à Comissão de Cerimonial os cardápios do evento, elaborados pela contratada e montado de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço definido neste instrumento: Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para cada 12 (doze) horas de atraso, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

a1) Atraso injustificado da obrigação referida na alínea “a”, superior a 48 (quarenta e oito): Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

b) Atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação dos serviços. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b1) Descumprimento injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens até o início do horário agendado para a prestação do serviço: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

c) Atraso no cumprimento injustificado dos demais prazos e obrigações previstos neste instrumento e no contrato: Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 5 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a CONTRATADA que:

a) Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos do edital;

b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Não mantiver a proposta;

e) Comportar-se de modo inidôneo;

f) Fizer declaração falsa; e

g) Cometer fraude fiscal.



4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
6. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.
7. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).
8. O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.
9. Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).
10. Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).
11. De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).
12. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).
13. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.
14. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.
15. As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.
16. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.



17. A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

18. O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às aquisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades, sendo que os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis no período de 12 (doze) meses.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo



ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 13.709/2018, nos Decretos Federais 9507/2018, 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

na Resolução TSE 23.702/2022, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2022.

Pelo CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Testemunha

Testemunha

ANEXO I AO CONTRATO N. ____/2022/TRE-RO: DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

ANEXO II AO CONTRATO N. ____/2022/TRE-RO: ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES MÍNIMAS - CARDÁPIO